

# Nota

## Estudantes em situações de emergência humanitária

### Situações de emergência humanitária decorrentes do conflito militar na Ucrânia

Em consequência dos recentes conflitos armados vividos na Ucrânia, foi concedida proteção temporária às pessoas deslocadas daquele país.

A proteção temporária é concedida aos:

- a) cidadãos nacionais da Ucrânia e aos cidadãos estrangeiros de outras nacionalidades ou apátridas beneficiários de proteção internacional na Ucrânia, provenientes desse país, não podendo ali voltar, em consequência da situação de guerra que aí ocorre;
- b) cidadãos estrangeiros de outras nacionalidades ou apátridas que se encontrem nas circunstâncias da alínea anterior e que comprovem ser familiares, designadamente parentes, afins, cônjuges ou unidos de facto dos cidadãos referidos na alínea anterior, ou que comprovem ser residentes permanentes na Ucrânia, ou tenham uma autorização de residência temporária, ou beneficiem de um visto de longa duração destinado à obtenção deste tipo de autorização e cujo regresso seguro e duradouro ao seu país de origem não seja possível.

A decisão sobre os pedidos de proteção temporária compete ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Quem beneficie de proteção temporária pode requerer a aplicação do estatuto de estudante em situação de emergência por razões humanitárias cujo enquadramento legal foi criado pelo Decreto-Lei n.º 62/2018, de 6 de agosto, com as especificidades do enquadramento legal aprovado para apoiar a concessão de proteção temporária a pessoas deslocadas da Ucrânia (Resoluções do Conselho de Ministros n.ºs 29-A/2022 e 29-D/2022; Decretos-Lei n.º 24-B/2022 de 11 de março, e n.º 28-A/2022, de 25 de março).

Os estudantes já inscritos no ensino superior português em 26 de março (data de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 28-A/2022, de 25 de março) e que sejam beneficiários de proteção temporária podem também requerer a aplicação do estatuto de estudante em situação de emergência por razões humanitárias.

## Acesso ao Ensino Superior Português

Todos cidadãos a quem seja concedida proteção temporária podem requerer a aplicação do estatuto de estudante em situação de emergência por razões humanitárias, independentemente da nacionalidade do requerente ou dos respetivos familiares. Nota-se que o requerimento deve ser acompanhado pelo documento do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras que atribua a proteção temporária (não devem ser considerados o comprovativo do pedido, mas apenas o comprovativo da atribuição).

O requerimento pode ser apresentado diretamente à instituição de ensino superior, a todo o tempo.

Podem requerer a matrícula e inscrição em par estabelecimento/curso de ensino superior congénere do curso de ensino superior que se encontravam a frequentar. Considera-se curso congénere aquele que, embora eventualmente designado de forma diferente, tenha o mesmo nível académico e ministre uma formação equivalente. Em caso de dúvida, a Direção-Geral do Ensino Superior, através do Centro ENIC/NARIC apoiará as instituições de ensino superior na clarificação sobre o carácter congénere do curso, nomeadamente sobre o nível de formações académicas obtidas no estrangeiro.

O ingresso destes estudantes não está sujeito a limitações quantitativas decorrentes de prévia fixação de vagas pelas entidades legal e estatutariamente competentes ou do limite de vagas ou admissões fixado em procedimentos de acreditação, podendo ocorrer em todos os ciclos de estudo, incluindo da área da Medicina.

A admissão dos estudantes pode, por decisão do órgão legal e estatutariamente competente da instituição de ensino superior, ser feita com dispensa da verificação de condições a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 36/2014, de 10 de março, na sua redação atual.

Os estudantes admitidos integram-se nos programas e organização de estudos em vigor na instituição de ensino superior onde se matriculam e inscrevem no ano letivo em que o fazem. Isto é, todos os estudantes admitidos no presente semestre são integrados de imediato no ano letivo 2021-2022, no ano curricular correspondente ao que resulte da creditação da respetiva formação realizada nos ciclos de estudos na instituição de ensino superior estrangeira, realizada nos termos dos artigos 44.º a 45.º-B do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, na sua redação atual.

Quando as qualificações não possam ser comprovadas documentalmente, a instituição de ensino superior pode realizar procedimentos alternativos de verificação dessas condições, designadamente por recurso ao Passaporte de Qualificações Europeias para Refugiados. O Passaporte Europeu de Qualificações para os Refugiados, que visa concretizar o artigo VII da Convenção do Conselho da Europa sobre o Reconhecimento das Qualificações Relativas ao Ensino Superior na Região Europeia, avalia as qualificações dos refugiados mesmo nos casos em que estas não podem ser inteiramente documentadas, apoiando assim o prosseguimento dos estudos, o emprego e a integração dos refugiados.

A metodologia adotada consiste num questionário de autoavaliação e numa entrevista com uma equipa de dois avaliadores de credenciais acreditados que garantem uma avaliação fidedigna. A Direção-Geral do Ensino Superior, através do Centro ENIC/NARIC, encontra-se a formalizar a adesão

de Portugal ao Passaporte de Qualificações Europeias para Refugiados pelo que apoiará as instituições de ensino superior na sua implementação, se necessário. Em alternativa ao Passaporte de Qualificações Europeias para Refugiados, as instituições podem aplicar outros procedimentos que considerem válidos para comprovar as qualificações nas situações não documentadas (ex: entrevistas, testes, análise de históricos escolares extraídos dos websites institucionais, entre outros), tendo as instituições autonomia para identificar os procedimentos adequados.

Aos estudantes que se encontrem em situação de emergência humanitária nas instituições de ensino superior, é garantida a sua equiparação excecional aos estudantes nacionais para efeitos de pagamento de propinas, taxas e emolumentos.

Os estudantes poderão ainda inscrever-se em unidades curriculares avulsas disponibilizadas pelas instituições de ensino superior nos termos gerais previstos no artigo 46.º -A do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, na sua redação atual.

## Apoios Sociais no Ensino Superior

Os estudantes em situação de emergência por razões humanitárias podem requerer a atribuição de bolsa de estudos.

O requerimento é apresentado online, utilizando o [formulário a que se acede aqui](#), mediante a utilização de credenciais obtidas previamente junto de qualquer Instituição de Ensino Superior. O prazo para apresentação do requerimento de atribuição de bolsa para um ano letivo completo decorre, em regra, até 30 de setembro ou até 20 dias depois da inscrição, quando esta ocorra após aquela data. Mas pode igualmente ser submetido até 31 de maio do próprio ano letivo.

Podem ser obtidas [informações genéricas nesta ligação](#) e informações mais [específicas na página de FAQ](#).

Aos estudantes a quem seja concedida proteção temporária são aplicáveis excecionalmente as seguintes medidas:

- Equiparação da proteção temporária às condições de nacionalidade/residência para efeitos de atribuição de bolsa;
- Possibilidade de atribuição da bolsa base anual e sem aplicação de proporcionalidade face à data do requerimento (ainda em 2021-2022);
- Não aplicação de valores mínimos de rendimento como condição para o esclarecimento da situação económica.

Os estudantes em situação de emergência por razões humanitárias podem também ter acesso aos mecanismos de ação social indireta (acesso à alimentação em cantinas e bares, alojamento, acesso a serviços de saúde).

## Reconhecimento de graus académicos e diplomas

O Decreto-Lei nº 66/2018, de 16 de agosto, que aprova o regime jurídico de reconhecimento de graus académicos e diplomas de ensino superior atribuídos por instituições de ensino superior estrangeiras determina a existência de três tipos de reconhecimento: Automático, de Nível e Específico.

Os pedidos de reconhecimento são efetuados exclusivamente online, a partir do preenchimento de um formulário próprio.

São elegíveis, no âmbito do reconhecimento automático, processo que permite maior celeridade em termos de decisão (prazo máximo de 30 dias após a instrução completa do processo) os pedidos referentes aos seguintes graus da Ucrânia:

<b>Graus Bolonha</b>		
<b>Ucrânia</b>	<b>Portugal</b>	<b>Legislação</b>
Бакалавр (Bakalavr)	1º Ciclo - licenciado	Deliberação genérica n.º 22 <u>Deliberação n.º 1642/2015, de 20 de agosto</u>
Магістр/Магистра Спеціаліст/ Спеціаліста (Spetsialist) (para as formações longas com 5 ou mais anos)	2º Ciclo - mestre	
Кандидат наук (Kandydat nauk) Доктор наук (Doctor Nauk)	3º Ciclo - doutor	

<b>Graus pré-Bolonha</b>		
<b>Ucrânia</b>	<b>Portugal</b>	<b>Legislação</b>
Бакалавр (Bakalavr) врач/врача/врач/врача/лікар/лікаря (Médico) викладач/викладача/преподаватель/преподавателя (Professor) інженер/інженера/инженер/инженера (Engenheiro) архітектор/архітектора/архитектор/архитектора (Arquitecto) економіст/економіста/экономист/экономиста (Economista) спеціаліст/спеціаліста (Spetsialist) (formações com 4 ou mais anos)	Licenciado	Deliberação genérica n.º 16   16-A <u>Deliberação n.º 3273/2009, de 10 de dezembro</u> <u>Deliberação n.º 2153/2009, de 23 de julho</u>
Магістр (Magistr)	Mestre	
Кандидат наук (Kandydat nauk) Доктор наук (Doctor Nauk)	Doutor	

A Portaria n.º 33/2019, de 25 de janeiro prevê, no seu artigo 13.º, a possibilidade de dispensa de entrega de diplomas, certificados e outra documentação académica necessária ao reconhecimento de graus académicos e diplomas estrangeiros relacionada com qualificações de requerente em situação de emergência por razões humanitárias que, em virtude dessa circunstância, não possa apresentar comprovativo das mesmas.

A possibilidade de dispensa é avaliada casuisticamente pela entidade competente para o reconhecimento devendo esta, quando tome decisão nesse sentido, adotar os procedimentos que considerar adequados para a verificação da titularidade do grau ou diploma. A instituição pode recorrer ao Passaporte de Qualificações Europeias para Refugiados (acima descrito) ou aplicar outros procedimentos que considerem válidos para comprovar as qualificações nas situações não documentadas (ex: entrevistas, testes, análise de históricos escolares extraídos dos websites institucionais, entre outros), tendo as instituições autonomia para identificar os procedimentos adequados.

Não sendo o reconhecimento académico sinónimo de reconhecimento profissional, sempre que esteja em causa o acesso a profissões regulamentadas, deverão os interessados esclarecer junto das entidades competentes (Ordens Profissionais ou Associações do setor) as condições necessárias para o exercício profissional. Com efeito, para o exercício de algumas atividades profissionais, o reconhecimento automático do grau académico pode não ser suficiente pelo que, nessas situações concretas, o requerente poderá ter que realizar um reconhecimento específico, processo com prazos mais largos e que implica uma avaliação por júri.

Porém, em outras situações, o reconhecimento do grau académico poderá ser até dispensado quando se cumprem determinados requisitos harmonizados a nível europeu para o exercício da profissão. Assim, sugere-se sempre o contacto prévio com a Entidade/Ordem que regula a profissão em Portugal quando o objetivo do cidadão é meramente profissional.

Após esse contacto, e caso seja efetivamente solicitado o reconhecimento académico do Grau/Diploma estrangeiro, deverá ser submetido o pedido através do referido formulário online para esse efeito.

Nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 24-B/2022, de 11 de março, os requerimentos de reconhecimento submetidos por beneficiários de proteção temporária assumem carácter prioritário e ficam dispensados das exigências previstas em legislação específica ou setorial relativamente a:

- a) Formalidades de legalização de documentos emitidos por entidades estrangeiras;
- b) Certificação ou autenticação de traduções para português de documentos redigidos em língua estrangeira;
- c) Certificação ou autenticação de fotocópias de documentos originais;
- d) Taxas e emolumentos de inscrição ou de outra natureza.

O artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 28-A/2022, de 25 de março, prevê ainda que aos titulares de grau académico ou diploma estrangeiro que não cumpram os requisitos mínimos de formação para o respetivo reconhecimento é garantido, mediante requerimento, o ingresso em instituição de ensino superior que confira o grau ou diploma na mesma área de formação, especialidade ou ramo do conhecimento.

Para este efeito:

- a) O número de ingressos não está sujeito a limitações quantitativas decorrentes de prévia fixação de vagas pelas entidades legal e estatutariamente competentes ou do limite de vagas ou admissões fixado em procedimentos de acreditação;
- b) Pode ser creditada a totalidade da formação e da experiência profissional, sem necessidade de observação dos limites definidos no artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, na sua redação atual.

O requerimento pode ser apresentado diretamente à instituição de ensino superior a todo o tempo.

Os estudantes admitidos integram-se nos programas e organização de estudos em vigor na instituição de ensino superior onde se matriculam e inscrevem no ano letivo em que o fazem. Isto é, todos os estudantes admitidos no presente semestre são integrados de imediato no ano letivo 2021-2022, no ano curricular correspondente ao que resulte da creditação da respetiva formação realizada nos ciclos de estudos na instituição de ensino superior estrangeira.

Quando as qualificações e experiência profissional não possam ser comprovadas documentalmente, a instituição de ensino superior pode realizar procedimentos alternativos de verificação dessas condições, designadamente por recurso ao Passaporte de Qualificações Europeias para Refugiados ou outros procedimentos considerados adequados pela instituição, tendo as instituições autonomia para identificar tais procedimentos.

A aplicação das orientações acima identificadas relativamente ao reconhecimento de graus é independente da nacionalidade do requerente ou do grau ou diploma em causa ser emitido por instituição ucraniana. Dado que podem também ser beneficiários de proteção temporária os nacionais de outros países, e também considerando a crescente mobilidade internacional, existe a possibilidade de serem apresentados requerimentos por parte de cidadãos que tenham obtido as suas qualificações em instituições de ensino superior localizadas em outros territórios. Nessa situação, sem prejuízo dos direitos conferidos pelo artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 24-B/2022, de 11 de março e artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 28-A/2022, de 25 de março, o reconhecimento deve ser tratado de acordo com o país em causa, podendo o grau ou diploma desse país ser elegível para reconhecimento automático ou não. A lista dos países cujos graus são elegíveis para reconhecimento automático pode ser consultada *aqui*.



## Українська версія

Беручи до уваги ситуацію, яка склалася на території України, усвідомлюється, що стосовно студентів, які перебувають у надзвичайних гуманітарних ситуаціях - громадян України, в Португалії забезпечуються умови з метою сприяння повазі та захисту прав людини через сприяння солідарності та включенню в академічний контекст.

## Гуманітарні надзвичайні ситуації, що виникли внаслідок військового конфлікту в Україні

Гуманітарні надзвичайні ситуації, що виникли внаслідок військового конфлікту в Україні

Внаслідок нещодавніх збройних конфліктів в Україні було надано тимчасовий захист переселенцям.

Тимчасовий захист надається:

а) громадяни України та іноземні громадяни інших національностей або особи без громадянства, які отримують міжнародний захист в Україні з цієї країни і не можуть повернутися туди внаслідок воєнної ситуації, що склалася там;

б) іноземні громадяни інших національностей або особи без громадянства, які перебувають за обставин попереднього пункту і які виявляються родичами, зокрема родичами, зокрема родичами, подібними, подружжям або де-факто об'єднаними особами громадян, зазначених у попередньому підпункті, або які виявляються постійними жителями України, або мають посвідку на тимчасове проживання, або користуються довгостроковою візою для отримання такого дозволу і чие безпечне і тривале повернення до країни проживання є Походження неможливе.

Рішення про заяви про тимчасовий захист покладається на Службу у справах іноземців та кордонів (SEF). Особи, які отримують тимчасовий захист, можуть звернутися за заявою про застосування статусу студента швидкої допомоги з гуманітарних причин, правова база якого була створена Указом-Законом No 62/2018 від 6 серпня, зі специфікою нормативно-правової бази, затвердженої для підтримки надання тимчасового захисту переселенцям з України (постанови Ради Міністрів No 29-A/2022 та 29-D/2022; Укази-закони No 24-B/2022 від 11 березня та No 28-A/2022 від 25 березня).

Студенти, які вже вступили до вищих навчальних закладів Португалії 26 березня (дата набрання чинності Указом-Законом No 28-A/2022 від 25 березня) і які є бенефіціарами тимчасового захисту, також можуть подати заяву на отримання статусу студента в надзвичайній ситуації з гуманітарних причин.

## Доступ/Вступ до вищої освіти Португалії

Усі громадяни, яким надано тимчасовий захист, можуть подати заяву на отримання статусу студента з гуманітарних причин, незалежно від громадянства заявника або членів його сім'ї. Слід зазначити, що заява повинна супроводжуватися документом Служби у справах іноземців та кордонів, який призначає тимчасову охорону (вона не повинна вважатися доказом заяви, а лише доказом атрибуції).

Заявка може бути подана безпосередньо до вищого навчального закладу в будь-який час.

Вони можуть подати заявку на зарахування та зарахування до вищого навчального закладу / курсу, аналогічного курсу вищої освіти, який вони відвідували. Аналогічний курс слід вважати таким, який, хоча, можливо, позначений по-різному, має однаковий академічний рівень і проходить еквівалентну підготовку. У разі сумнівів Генеральний директорат з вищої освіти через Центр ENIC/NARIC підтримуватиме вищі навчальні заклади у з'ясуванні подібного характеру курсу, зокрема на рівні академічної підготовки, отриманої за кордоном.

Вступ цих студентів не підпадає під кількісні обмеження, що виникають в результаті попередньої фіксації вакансій юридичними та статутними компетентними органами або обмеження вакансій або прийомів, встановлених в процедурах акредитації, і може відбуватися у всіх навчальних циклах, включаючи область медицини.

Прийом студентів може, за рішенням юридичного та статутного компетентного органу вищого навчального закладу, здійснюватися без перевірки умов, зазначених у статті 6(1) Указу-Закону No 36/2014 від 10 березня у його чинній редакції.

Допущені студенти є частиною програм та організації навчання, що діють у вищому навчальному закладі, де вони навчаються та навчаються у навчальному році, в якому вони це роблять. Тобто всі студенти, допущені в цей семестр, відразу інтегруються в навчальний рік 2021-2022, в навчальний рік, що відповідає року, що є результатом зарахування їх навчання, проведеного в циклах навчання в закладі іноземної вищої освіти, що здійснюється відповідно до статей 44 - 45б Декрету-Закону No 74/2006 від 24 березня, у своїй нинішній редакції.

Якщо кваліфікація не може бути підтверджена документально, вищий навчальний заклад може здійснювати альтернативні процедури перевірки цих умов, зокрема шляхом звернення до Паспорта європейської кваліфікації для біженців. Європейський паспорт кваліфікації біженців, метою якого є імплементація статті VII Конвенції Ради Європи про визнання кваліфікацій вищої освіти в регіоні Європи, оцінює кваліфікацію біженців навіть у випадках, коли вони не можуть бути повністю задокументовані, тим самим підтримуючи подальше навчання, працевлаштування та інтеграцію біженців.

Прийнята методологія складається з анкети самооцінювання та інтерв'ю з командою з двох акредитованих оцінювачів облікових даних, які забезпечують надійну оцінку. Генеральний директорат з вищої освіти через Центр ENIC / NARIC формалізує підтримку Португалією паспорта європейських кваліфікацій для біженців, тому він буде підтримувати вищі навчальні заклади в його реалізації, якщо це необхідно. Як альтернатива Європейському кваліфікаційному паспорту для біженців, установи можуть застосовувати інші процедури, які вони вважають

дійсними для підтвердження кваліфікації в ситуаціях без документів (наприклад, інтерв'ю, тести, аналіз шкільних стенограм, витягнутих з інституційних веб-сайтів, серед інших), а установи мають автономію для визначення відповідних процедур.

Студенти в гуманітарній надзвичайній ситуації у вищих навчальних закладах гарантовано будуть виключно рівні з національними студентами з метою оплати плати за навчання, зборів та зборів. Студенти також можуть вступати до єдиних навчальних закладів, наданих вищими навчальними закладами в загальних умовах, передбачених статтею 46а Указу-Закону No 74/2006 від 24 березня в його поточній редакції.

## Соціальна підтримка у вищій освіті

Студенти в надзвичайних ситуаціях з гуманітарних причин можуть подати заявку на стипендію. Заявка подається онлайн, використовуючи форму, до якої вона доступна тут, за допомогою облікових даних, отриманих раніше від будь-якого вищого навчального закладу. Термін подачі заявки на призначення стипендії на повний навчальний рік зазвичай триває до 30 вересня або до 20 днів після реєстрації, коли це відбувається після цієї дати. Але його також можна подати до 31 травня самого навчального року.

Загальну інформацію можна отримати за цим посиланням та більш конкретну інформацію на сторінці FAQ.

Студенти, яким надано тимчасовий захист, застосовуються виключно до наступних заходів:

- вирівнювання тимчасового захисту з умовами національності/проживання з метою призначення стипендій;
- Можливість надання щорічного базового гранту та без застосування пропорційності порівняно з датою подання заявки (ще у 2021-2022 роках);
- Незастосування мінімальних значень доходу як умова для з'ясування економічної ситуації.

Студенти в надзвичайних ситуаціях з гуманітарних причин також можуть мати доступ до непрямих механізмів соціальної дії (доступ до їжі в їдальнях і барах, проживання, доступ до медичних послуг).

## Визнання наукових ступенів та дипломів

Указ-Закон No 66/2018 від 16 серпня, яким затверджується правовий режим визнання наукових ступенів та дипломів про вищу освіту, що присуджуються іноземними вищими навчальними закладами, визначає наявність трьох видів визнання: Автоматичний, Рівний та Специфічний.

Запити розпізнавання здійснюються виключно в Інтернеті, від завершення Форма.

У контексті автоматичного визнання процедура, яка дозволяє збільшити швидкість прийняття рішень (максимальний термін 30 днів після повного розслідування справи), заяви застосовуються до наступних ступенів України:

Болонські градуси		
Україна	Португалія	Законодавство
Бакалавр (Bakalavr)	1-й цикл – випускник	Загальна постанова No22
Магістр/Магістра	2-й цикл – магістр	
Спеціаліст (для тривалих формувань від 5 років і більше)		
Кандидат наук	3-й цикл – лікар/доктор	<a href="#">Deliberação n.º 1642/2015, de 20 de agosto</a>
Доктор наук		
Доболонські ступені		
Україна	Португалія	Законодавство
Бакалавр врач/лікар викладач/преподаватель інженер/інженер архітектор/архітектор економіст/економіст спеціаліст (форми від 4 років і більше)	Ліцензований	Загальне визначення № 16   16-A  <a href="#">Deliberação n.º 3273/2009, de 10 de dezembro</a>  <a href="#">Deliberação n.º 2153/2009, de 23 de julho</a>
Магістр	Магістр	
Кандидат наук	Докто	
Доктор наук		

Постанова № 33/2019 від 25 січня передбачає у своїй статті 13 можливість відмови від вручення дипломів, сертифікати та інша академічна документація, необхідна для визнання академічних ступенів та іноземних дипломів, пов'язаних з кваліфікацією претендентів у надзвичайних ситуаціях з гуманітарних причин, які через цю обставину, не може надати їх підтвердження. Можливість звільнення оцінюється у кожному конкретному випадку компетентним органом для визнання, який повинен, приймаючи рішення з цього приводу, прийняти процедури, які він вважає за потрібне для перевірки звання ступеня чи диплома. Установа може використовувати Європейський паспорт кваліфікацій для біженців (описаний вище) або застосовувати інші процедури, які вони вважають дійсними для доведення кваліфікації в незадокументованих ситуаціях (наприклад, інтерв'ю, тести, аналіз шкільних записів, витягнутих з інституційних веб-сайтів, серед інших), при цьому установи мають автономію для визначення відповідних процедур.

Не академічне визнання синонімом професійного визнання, де стосується доступу до регульованих професій, зацікавлені сторони повинні роз'яснити компетентним органам (професійним розпорядженням або асоціаціям у секторі) необхідні умови для професійної практики. Дійсно, для здійснення певної професійної діяльності автоматичне визнання академічного ступеня може бути недостатнім, тому в цих конкретних ситуаціях заявнику, можливо, доведеться здійснити конкретне визнання, процес з більш тривалими термінами і який передбачає оцінку журі.

Однак в інших ситуаціях визнання академічного ступеня може бути відмовлено навіть тоді, коли будуть виконані певні узгоджені вимоги на європейському рівні для здійснення професії. Таким чином, завжди пропонується мати попередній контакт з Суб'єктом / Порядком, який регулює професію в Португалії, коли мета громадянина є лише професійною.

Після цього контакту, і якщо академічне визнання іноземного класу / диплома вимагається ефективно, запит повинен бути поданий через, про яку йдеться в онлайн-формі для цієї мети.

Відповідно до статті 6 Декрету-Закону №. 24-B / 2022 від 11 березня вимоги щодо визнання, що пред'являються бенефіціарами тимчасового захисту, є пріоритетними і звільняються від вимог, передбачених конкретним або галузевим законодавством щодо:

- а) формальності легалізації документів, виданих іноземними особами;
- б) засвідчення або автентифікація перекладів на португальську мову документів, написаних іноземною мовою;
- с) сертифікація або автентифікація фотокопій оригіналів документів;
- г) Реєстраційні збори та збори чи іншим чином.

Стаття 3 Декрету-Закону №. 28-A / 2022 від 25 березня він також передбачає, що власники академічних ступенів або іноземних ступенів, які не відповідають мінімальним вимогам до навчання для їх визнання, гарантуються на запит, вступ до вищого навчального закладу, який надає ступінь або диплом у тій же галузі навчання, спеціальності чи галузі знань.

Для цього:

а) Кількість квитків не підлягає кількісним обмеженням, що виникають внаслідок попереднього встановлення вакансій юридичними та статутними компетентними особами або обмеження вакансій або допусків, встановлених в акредитації процедури;

б) Весь навчальний та професійний досвід можна зараховувати без необхідності дотримання меж, визначених у статті 45 Декрету-Закону №. 74/2006 від 24 березня, у своїй нинішній редакції.

Заявку можна постійно подавати до вищого навчального закладу.

Прийняті студенти є частиною програм та організації навчання, що діють у вищому навчальному закладі, де вони навчаються на навчальному році, в якому вони це роблять. Тобто всі студенти, допущені до цього семестру, негайно інтегруються у 2021-2022 навчальний рік, у навчальному році, що відповідає тому, що є результатом кредиту відповідної підготовки, проведеної в навчальних циклах в іноземному вищому навчальному закладі.

Якщо кваліфікація та професійний досвід не можуть бути задокументовані, вищий навчальний заклад може проводити альтернативні процедури перевірки цих умов, а саме через використання Європейського кваліфікаційного паспорта для біженців або інших процедур, які установа вважає за потрібне, з установами, які мають автономію для визначення таких процедур.

Застосування вищезазначених вказівок щодо визнання ступенів не залежить від громадянства заявника або відповідного ступеня чи диплома, виданого українською установою. Враховуючи, що громадяни інших країн також можуть бути бенефіціарами тимчасового захисту, а також враховуючи зростаючу міжнародну мобільність, існує можливість подання запитів громадянами, які здобули кваліфікацію у вищих навчальних закладах, розташованих на інших територіях. У цій ситуації, не зачіпаючи прав, наданих статтею 6 Декрету-Закону №. 24-B / 2022, 11 березня та стаття 3. Указу-Закону №. 28-A / 2022 від 25 березня визнання повинно розглядатися відповідно до відповідної країни, і ступінь або диплом цієї країни можуть мати право на автоматичне визнання чи ні.

Список країн, ступінь яких має право на автоматичне розпізнавання, можна знайти тут.